

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO LÉXICO DA LÍNGUA LATINA: (A CONSTITUIÇÃO LINGUÍSTICA E SUAS VARIANTES FORMAIS)

Sérgio Nunes de JESUS (PG-UFRGS)¹

ISBN: 978-85-99680-05-6

REFERÊNCIA:

JESUS, Sérgio Nunes de. Contextualização histórica do léxico da língua latina: (A constituição linguística e suas variantes formais). In: CELLI – COLOQUIO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS. 3, 2007, Maringá. Anais... Maringá, 2009, p. 2070-2087.

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho apresenta uma breve perspectiva de pesquisa referente a contextualização histórica e suas variantes formais, essa a partir do léxico como base da evolução da língua latina. Assim, para apresentar os resultados dos estudos faz-se o levantamento de questões históricas que envolvem o desenvolvimento da língua latina, bem como as variantes formais que a constitui.

Nesse sentido, é válido verificar três aspectos relevantes, o primeiro dele é o processo de romanização que foi caracterizado ponto inicial que desencadeou as mudanças sofridas pelo latim. As guerras e suplantações realizadas pelos romanos podem ser vistas como um pressuposto lingüístico, pois por seu intermédio têm-se as primeiras causas das transformações lingüísticas. Na segunda parte observou-se o desenvolvimento da língua e, principalmente o fonético, já que este é um dos pontos relevantes do enfoque do estudo, essa como base de transformações na língua.

Na terceira parte apresentaremos uma abordagem analítica do processo latino como base da evolução de uma língua por meio das relações que o sistema social e cultural lhes permite, sendo desta liberdade de uso da língua que vão surgir, ao longo da história, as evidências transformacionais da língua latina.

¹Membro Fundador da Academia de Letras de Cacoal/RO. Mestre em Lingüística pela Universidade Federal de Rondônia/UNIR. Cursa Doutorado em Letras pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS; Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Instituto de Letras, Campus do Vale/UFRGS-RS. E-mail: sergiocanibal@hotmail.com – (69) 9251-5116.

1. O PROCESSO DE ROMANIZAÇÃO COMO PRESSUPOSTO LINGÜÍSTICO

OS PRIMÓRDIOS

Gregos (1500 a.C.) – povos que cultuavam a vida em propriedades agrícolas, de vida pública simplória se encontravam na *Ágora* para discutir assuntos importantes da política e cultura grega: governo, ciência, matemática, medicina, filosofia, história, arte, arquitetura e teatro, estes para o crescimento da cidade-estado, sendo suplantada mais tarde por diversos povos bárbaros chegando ao seu declínio total.

Romanos (753 a.C.) – teve seu crescimento a partir do Lácio, pequena província que desenvolvera uma habilidade sem igual, isto pelo domínio e astúcia perante as outras províncias que coexistiam no mesmo local.

Celtas (500 a.C.) – provindos do Norte da atual Turquia – Derivaram as línguas: Irlandês, Galês, Bretão e Escocês; na maior parte do tempo os Celtas viviam guerreando, conquistando mais espaços do seu território; invadiram a *Espanha, Grã-Bretanha, Itália* (parte não dominada pelos Romanos) e *Grécia*; nunca se uniram e foram suplantados pelos Romanos no auge do Império.

Saxões (séc. V d.C.) – povos provindos do Norte da Alemanha e Holanda; tinham como vizinhos os Anglos, Justos e os Frísios; invadiram a Grã-Bretanha, onde permaneceram por mais de 600 anos; cultuavam a figura do Rei, a Lealdade e seus mitos heróicos como: *Beowulf*.

Vikings (790 d.C.) - povos escandinavos que fundaram a *Noruega, Suécia e Dinamarca* eram governadas por vários reis, formaram grandes esquadras militares e saqueavam impiedosamente e queimavam tudo que encontravam; povoaram também: as ilhas Escocesas, Groelândia atual, Rússia, França, Islândia e as Ilhas da Grã-Bretanha. Deixaram feitos relevantes como os Gregos – Romanos pelas suas conquistas em grande parte da Europa.

Normandos (911 d.C.) – último dos povos bárbaros, instalou-se na França, fundou a Normandia e teve seu declínio na segunda metade do século XII de nossa era; conquistaram a Inglaterra, Itália e são lembrados com grandes feitos militares, os quais seus cavaleiros foram sempre exaltados por todos contra quem lutavam; estabeleceram a harmonia de governo com os povos: gregos, latinos, judeus e muçulmanos que podiam conviver com as diferenças políticas e religiosas.

Diz-se que, os romanos desembarcaram na Península Ibérica no ano de 218 a.C. onde quase todos os povos falavam a língua latina, em meio aos acontecimentos da segunda Guerra Púnica. Em seguida, este território fora invadido por povos não romanos, denominados bárbaros, que trouxeram consigo sua língua de cultura, todavia, houve a reconquista da região, mas o acontecimento fez gerar um contato entre línguas e a formação do galego-português, castelhano e catalão, todas geradas sobre a influência lingüística e cultural dos povos que tiveram contato entre si.

Durante séculos aconteceram conquistas realizadas pelos romanos, que cada vez mais abrangiam seu território por meio de invasões e guerras, em decorrência, o exército romano crescia mais e mais, uma vez que os povos das regiões suplantadas ou dominadas uniam-se aos romanos para lutar em seu favor. Com isso, o exército passou a crescer não só na dimensão populacional, mas também na educação, na cultura, nas ciências e principalmente na formação e organização política, a qual passou a se modelar na forma de organização e vivência que era adquirida dos povos a serem conquistados.

Este crescimento fez com que a população romana se tornasse um grande império, que seria lembrado por séculos adiante pelo seu poder de conquista. Contudo, com a forma política utilizada pelo exército, os imperadores deixaram de almejar o alargamento territorial para almejar a estabilização do império, o que veio a provocar a decadência de recursos e a pressão dos inimigos e, conseqüentemente, deixou de atacar para estar na defensiva. Durante muito tempo o império lutou para continuar no poder, mas a derrota foi inevitável, e no ano de 476 acontece a queda do grandioso Império Romano.

A partir do movimento e estruturação do império percebe-se a força dimensional que a língua latina adquiriu por meio das atitudes ou fatores da romanização que os romanos utilizavam-se para alargar seus domínios, como por exemplo, a entrada das legiões dos exércitos em outras regiões, as propriedades que formavam as colônias militares com os soldados aposentados, mas que continuavam a buscar defesa do império; as colônias civis implantadas nas regiões vencidas de onde era retirada a população local; a administração que usavam sempre convertia para o benefício da população romana, dentre essas podem ser citadas as construções de estradas, edifícios, a localização dos comércios que sempre tendiam ao alargamento do poderio, pois se tornavam os donos das regiões e com eles levavam a sua cultura e difundiam sua língua, estabelecendo uma uniformização lingüística, uma vez que, os romanos mantinham contato com povos de outras línguas. Entretanto, é importante ressaltar que, os dominadores não impunham sua língua sobre a dos nativos, o que acontecia era a romanização de forma indireta sendo também denominados de fatores da romanização.

Estes fatores, mais tarde, vieram a influenciar na cultura dos povos suplantados, juntamente com a expansão do latim, o que lhe trouxe um prestígio mensurável por ser a língua oficial do exército romano em que os povos passavam a utilizá-la não por imposição, mas sim como mérito de utilizar a língua do então grandioso exército.

(...) A língua latina, a lembrança das instituições políticas, jurídicas e administrativas romanas, a imitação das formas literárias e artísticas da antiguidade sobreviveram até nos tempos modernos, toda reforma, todo renascimento da civilização européia se inspirou na civilização romana, que representava, para a Europa central e Ocidental, a totalidade da civilização antiga, à Europa, até o século XVI, por intermédio da língua latina.²

Como os povos suplantados passaram a se comunicar também por meio da língua latina, a expansão tornou-se mais ativa, acabando por tomar o lugar das línguas nativas e por meio disso, os povos incorporavam-se pouco a pouco aos romanos, estes tinham certo interesse em firmar poder também pela língua, assim a romanização era baseada na organização de atingir primeiramente governantes, oficiais, funcionários, negociantes e outros, que eram tidos como os donos do poder, para depois chegar até a classe menos favorecida por meio de pessoas da comunidade que já haviam sido latinizadas. Em decorrência, surgia o interesse em aprender e educar as crianças na vertente latina, fazendo com que esta língua se fixasse definitivamente em algumas regiões com certo tempo que, vezes e vezes, duravam séculos. Anos mais tarde esta mesma língua daria origem a várias outras línguas que se denominariam *línguas românicas*.³

²AUERBACH, Introdução aos estudos literários. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1972. p. 45.

³Denomina-se como as línguas que conservam vestígios indelévels de sua filiação ao latim no vocabulário, na morfologia e na sintaxe. (COUTINHO, p. 41)

O processo de romanização marca o início das mudanças lingüísticas que o latim viria sofrer, pois ao ser incluído dentro de um grande território passou a influenciar e ser influenciado por outros idiomas existentes na época.

A princípio, o que existia era simplesmente o latim. Depois, o idioma dos romanos se estiliza, transformando-se num instrumento literário. Passa então a aprender dois aspectos que, com o correr do tempo, se tornam cada vez mais distintos: o clássico e o vulgar. Não eram duas línguas diferentes, mas dois aspectos da mesma língua. Um surgiu do outro, como a árvore da semente.⁴

A grande expansão romana fez surgir classes diferenciadas entre a população e assim também ocorre com seu idioma que passa a apresentar modalidades diferentes nas diversas classes sociais, áreas geográficas, ou mesmo pelo fato de ser empregado sob forma escrita ou falada.

Os mais favorecidos passam a usar o então chamado *sermo urbanus*,⁵ considerado linguagem culta que mais tarde veio a denominar-se latim clássico que é a modalidade essencialmente escrita e literária do latim desta época com todo o estilo rígido da gramática, resultante da estilização da língua oral da classe culta.

Os menos favorecidos faziam uso do *sermo vulgaris*⁶ que gerou uma nova norma lingüística denominada latim vulgar, que era o latim falado pela grande maioria da população romana constituída por soldados, marinheiros, agricultores, entre outros, sempre marcando a diferença existente entre língua escrita e falada. Desta modalidade do latim se originam, por sucessivas transformações, as línguas românicas.

Considerando-se as classes sociais, o latim vulgar apresenta a modalidade conhecida como *sermo nobilis*,⁷ e uma outra como *sermo plebeus*.⁸ O *sermo nobilis* pode ser definido como a maneira de falar da classe culta escolarizada que, ao empregar o latim na fala coloquial, fazia-o de um modo mais cuidadoso, respeitando o quanto possível os padrões de correção gramatical. O *sermo plebeius* corresponde à maneira de falar das classes incultas, apresentando-se com algumas variantes de acordo com a maneira de falar dos soldados (*sermo castrensis*),⁹ dos marinheiros (*sermo nauticus*)¹⁰ entre outros.

Por ser falado pela maioria da população o latim vulgar sofreu uma mudança transformacional bem maior do que a do latim clássico, pois este, como toda e qualquer língua escrita, tende a conservar apenas o que é de cunho refinado, adotando o que é de uso dos falantes depois de algum tempo. Assim, o latim literário nem sempre conseguia impedir a utilização de novas expressões, acabando por também evoluir, porém, essa evolução não se compara a evolução que se nota no latim vulgar, uma vez que esse

⁴COUTINHO, Ismael de Lima. Gramática histórica. 6. ed. Rio de Janeiro: Sedegra, 1970. p. 29.

⁵Considera-se uma das variações do latim, sendo falada pelas classes cultas de Roma, todavia, sem refinamentos e a estilização literária (BASSETO, p. 92)

⁶Latim vulgar falado pelas classes inferiores da sociedade romana (COUTINHO, p. 30).

⁷Define-se como a maneira de falar da classe culta escolarizada, que ao empregar o latim na fala coloquial, fazia-o de um modo mais cuidadoso, respeitando o quanto possível os padrões de correção gramatical. (JESUS, p.14)

⁸Variedade do latim essencialmente falado, sendo a norma da grande massa popular menos favorecida bem como mais viva e real. (BASSETO, p. 92)

⁹Caracteriza a fala descuidada dos camponeses, pastores e soldados, sendo considerada variante do latim. (JESUS, p.14)

¹⁰Caracteriza a fala dos marinheiros dentre as variantes do latim vulgar (BASSETO, p. 91)

esteve ligado a fatores como povos de outros idiomas com certo parentesco lingüístico que veio trazer uma maior evolução. Por outro enfoque, não fora apenas este fator que fez do latim vulgar a língua cotidiana de alguns povos, entre vários fatores um notável é o poder político de Roma ou do império Romano que abrigava o uso do latim nos documentos, em serviços militares, enfim pela influência de usar um meio de expressão de uma civilização superior às da Península.

A história da língua latina, particularmente do latim vulgar, está intimamente ligada à do Império Romano. À medida que se expandiam as fronteiras do Império por meio de conquistas e de hábeis alianças, alargava também o espaço territorial do latim. Crescendo com o Império, decaiu com ele, mas não morreu: em situações geográficas e em condições sociais, econômicas e culturais diferentes, do latim vulgar, falado pelas populações deixadas pelo refluxo político de Roma, nasceram às línguas românicas, que o perpetuam.¹¹

A influência do Império Romano é inegável, principalmente em relação ao aspecto evolutivo da língua latina (latim vulgar) realizado pela população que com ela manteve contato e sem a intenção passou a acontecer à miscigenação lingüística entre os idiomas e, conseqüentemente, desencadear mudanças que transformariam a língua devido ao seu caráter espontâneo, simples, afetivo, entre outros que só a fala é capaz de transmitir.

Desse modo, pode-se dizer que o processo de romanização é responsável pela difusão da língua latina, bem como o início de uma evolução que geraria novas línguas, tornando-se assim um pressuposto lingüístico; isto posta, a partir do que segue:

a) A civilização romana: pressupostos

Deve-se observar algumas bases para entender melhor essa questão, pois a (Forma de Governo) - Realeza - até 509 a.C.; Poder do Rei (das origens até após invasão Romana na Grécia);

República – de 509 a 27 a.C.; Poder sob tempo determinado (forma de governo em que um ou vários indivíduos governam); Império – de 27 a.C. a 476 d.C.; Autoridade e regime monárquico (soberania absoluta sob um povo, vilarejo, território ou nação).

b) A sistematização romana

Nesse contexto, tem-se a sistematização histórica que delimitou a Adesão ao Cristianismo; Recrutamento Militar dos Jovens romanos e suplantados; A incorporação do Latim Romano na sociedade; A organização do Governo e a incorporação do Pré-Indo-Europeu; A expansão geográfica estabelecida na (diversidade da língua); Domínio e exploração comercial-marítima; O valor cultural pré-estabelecido; As línguas oficiais no Império Romano: Latim e o Grego; As conquistas: Império do Oriente e Império do Ocidente; Miscigenação Latina: Língua - Cultura – Religião; A estrutura lingüística – “o Corpus de falares”: Os *dialetos* (variantes da língua); Os *idioletos* (características geográficas particulares) e como também, O valor do Latim Vulgar como fonte de sustentação do Império.

c) A base histórica romana

A cidade de Roma, hoje capital da Itália, no continente europeu, foi fundada na época da grande invasão indo-germânica da Europa, pelos latinos, tribo indo-germânica

¹¹BASSETO, Bruno Fregni. Elementos de filologia românica. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2000. p. 99.

que adentrou na Itália. A construção do Império Romano foi resultante de um processo político muito complexo que gerou a história das civilizações. A história de Roma está dividida em três fases que correspondeu a três formas de governo; a *Realeza*, que foi o início das origens até 509 a.C. da *República*, de 509 a 27 a.C. e do *Império* de 27 a.C. a 476 d.C. A romanização teve início em 218 a.C. com a invasão romana na Península Ibérica.

Para o sucesso desse processo, foram importantes os seguintes fatores: Recrutamento Militar dos jovens provincianos, o Sistema Rodoviário romano que permitia o acesso à metrópole mais facilmente, o Direito de cidadania romana concedida aos povos que habitavam a região e aderiram ao cristianismo. Estes fatores tornaram possíveis as diversificações dos povos e os vestígios das línguas existentes na região; nela foi incorporado o latim. Roma conseguiu o domínio sobre todos os povos que habitavam a península dos *apeninos* e se estabeleceu uma população muito diversificada; Pré-indo-europeus, indo-europeus, itálicos, etruscos, celtas e gauleses. Graças às vitórias de seus soldados e a organização de seus homens de governo, o enorme Império Romano, também se expandia da Lusitânia à Mesopotâmia e do Norte da África à Grã-Bretanha: em 241 a.C. a 107 d.C., atingiu a máxima de sua expansão geográfica no governo de Trajano.

Com extensão territorial sob seu domínio, os romanos levavam para as regiões conquistadas os seus hábitos de vida, as suas instituições e os padrões de sua cultura e em contato direto com esses povos conquistados, também aprendiam os costumes de outras civilizações. A conquista de todos estes povos durou muito tempo e desde o início foi favorecida pela privilegiada situação estratégica e comercial de Roma.

Nos primeiros 50 anos do séc. III a.C. toda a Itália pertencia ao domínio romano, com exceção do Vale do Pó, onde os gauleses eram independentes e potencialmente fortes na bacia ocidental, do Mediterrâneo, e rival da rica cidade de Cartago, que explorava o comércio marítimo. As duas cidades rivais se confrontaram por volta do ano 200 a.C. pelo domínio comercial no Mediterrâneo. O conflito durou mais de um século e gerou três (3) guerras sangrentas que ficaram conhecidas como Púnicas. Roma venceu as lutas; sendo Cartago arrasada na terceira e última guerra com Roma em 146 a.C. A região da Tunísia se tornou província romana com o nome de África. Assim Roma passou a dominar a bacia inteira, e pequenos territórios da África do Norte e Ásia Menor. Estas conquistas se tornaram mais fáceis, com um número cada vez maior de soldados de origem italiana e outras regiões conquistadas a partir do séc. III a.C. que marcaram com mais força e expansão territorial romana.

Durante 200 anos, o trunfo romano, penetrou e usurpou o resto da Espanha e na parte meridional da França, que na época se chamava Gália Translatina. Roma conseguiu a conquista absoluta sobre os diferentes povos pela dominação política, cultural e lingüística. O Império Romano teve duas línguas como oficiais, o LATIM e o GREGO, sendo que o último acabou prevalecendo e dominando as ciências, as letras e a educação, causando uma mudança profunda na vida dos romanos e alterando fundamentalmente a sua organização política. A conquista do poderio romano, não foi uma conquista rápida duraram dez séculos de sofrimento e, revoluções sangrentas. Os povos conquistados conservavam suas terras, suas cidades, seu culto e sua administração local, mas eram explorados pelos funcionários e pelo fisco.

A monarquia que Roma se transformou; contribuiu para novas conquistas na Germânia, nos Alpes, na Grã-Bretanha e as regiões ao redor do Danúbio, embora a política dos imperadores romanos tendia mais a estabilização do que a expansão. Essa

situação ficou mais difícil a partir do fim do séc. III, quando os recursos romanos começaram a se esgotar e o Império passou a se defender ao invés de atacar. O Império foi dividido em regiões: O *Império Romano do Oriente*, com a capital Constantinopla e o *Império Romano do Ocidente*, com a capital Roma. O poder central do Império ficou enfraquecido com relação aos bárbaros, população não romanizada, que demandavam o território romano, forçado por migrantes de origem asiática.

Desencadeados todos esses processos de expansão de Roma em seus domínios, deu-se à dissimilação e miscigenação do latim, língua falada pelos colonizadores, que gerou as diferenças de “dialetos” do latim. Mesmo sendo imposta como instrumento de maior cultura do colonizador; o latim não escapou das várias mudanças estruturais e dialetais decorrentes do contato com a variedade de povos da Península e outras regiões atingidas pela romanização.

O latim vulgar como língua viva estava sujeito a constantes modificações, desenvolviam-se nas chamadas línguas neolatinas ou românicas, cujas características se envolvem:

- No acento em latim vulgar; Consoante do latim vulgar; Vocábulos átonos;
- Vogais tônicas; Vogais átonas do latim vulgar;
- Síncope (*supressão de fonemas na palavra: maior = mor*) em latim vulgar e outras denominações.

Se convencionarmos que o “latim vulgar” foi reconstituído com base nas línguas românicas não se chegaria a uma língua com existência histórica real. Por outro lado, qualquer língua real em um dado momento histórico deveria conter elementos que não têm continuação nas línguas românicas. Ao deparar com que o fato de que cada forma tem sua história e seus limites, no tempo e no espaço, *não se pode chegar a uma reconstituição do latim vulgar como língua unitária e homogênea, observando seu padrão ao longo do processo de transformação dialetal.* (grifo nosso)

2. A DELIMITAÇÃO DA LINGÜÍSTICA HISTÓRICA NO PROCESSO DE ROMANIZAÇÃO

Ao observar que a língua é uma forma de expressão que a humanidade utilizou e utiliza para comunicar suas idéias e pensamentos por meio de palavras, sendo esta a característica que faz a distinção do homem dos outros animais, torna-se necessário uma ciência que estude a língua em sua forma evolutiva, em uso, e dissolução, é o que faz a lingüística e suas vertentes.

Existem várias formas de estudar a língua humana, pois ela é muito natural a esse ser como qualquer outra atividade por ele realizada, entretanto, atividades como a escrita facilitam o estudo, uma vez que, com ela se realiza a tentativa de representar os sons por meio da modalidade escrita, ou seja, a sociedade volta-se a um novo mecanismo e observa com atenção o modo como produzimos os sons de maneira que o estudo da língua pode desenvolver-se baseado nos fatores sociais e culturais, observando a diferenciação de classes, o contato entre comunidades diferentes, as intenções das comunicações, filosofia dos falantes, entre outros.

Como fator cultural a língua pode ser observada do anglo histórico, pois também demarca um acontecimento histórico. Baseada nestes fatores surgiu a lingüística como ciência e nos meados do século XIX a lingüística histórica firmada em análises históricas na observação sucessiva do desenvolvimento da língua, estudos estes que se

firmaram, de início, nos fenômenos lingüísticos que existem naturalmente na língua e posteriormente na influência filosófica. No entanto, a abordagem histórica é provinda desde o século XVII quando tiveram início os estudos comparativos por meio da visão histórica do desenvolvimento, desencadeando a visão de que uma língua pode dar origens a várias outras. Esta abordagem teve início com Rask e foi aperfeiçoada por estudiosos como Franz Bopp, Jakob Grimm, Friedrich Diez, entre outros. Seus estudos consistiam em relacionar dados de uma língua e outra da mesma família para detectar sua origem e com os dados colhidos detectar os metaplasmos ocorridos, as mudanças de significado e até mesmo o motivo que levou a estas transformações.

Assim, este método torna-se útil também na reconstituição de línguas faladas no passado e que desencadearam novas línguas que hoje são utilizadas, uma vez que, “a linguagem é, inegavelmente, uma herança social, cuja história se estende por séculos. Dessa forma, uma visão completa, ou um conhecimento detalhado de seu mecanismo, de sua estrutura, de sua semântica e até de sua ortografia só podem ser obtidos através de pesquisa diacrônica”,¹² em que são observados os fatores transformacionais externos como aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais, bem como os fatores internos como: a fonética, morfologia, sintaxe, entre outros, que assim influenciam na evolução de uma língua por meio dos termos que vão sendo substituídos no tempo.

A língua pode também ser observada sincronicamente, abordando seu estado em um dado momento, estabelecendo pontos fundamentais e constituintes de seu sistema que, por sua vez, está ligado aos estudos da gramática geral, pois nessa é demarcado as diferentes relações lingüísticas dentro do sistema lingüístico. O estado da língua não é apenas um ponto ao qual se estuda, mas certo período em que as modificações são menores e não tem muita relevância.

Entre um dado e outro surge também à visão pancrônica que, por sua vez é questionada, pois os pontos particulares podem ser observados sincronicamente e as transformações sucessivas podem ser analisadas diacronicamente. Nesse sentido deve-se dizer que as particularidades não chegam a ser atingidas, uma vez que a pancrônica trabalha com conceitos de sincronia e diacronia na busca de estabelecer as leis de funcionamento e da estrutura de uma língua.

Entretanto, os conceitos apresentados deixam impressão de que existe uma grande divisão que não permite relações entre lingüística estática e histórica, na verdade os estudos sincrônicos precedem os diacrônicos, pois na análise lingüística, primeiro se faz a descrição da língua em diversos pontos, posteriormente é determinada pela evolução por meio da comparação entre os pontos analisados para que se possa chegar a uma melhor compreensão do sistema atual, ou seja, a lingüística histórica ou diacrônica não é somente uma descrição do funcionamento da língua no tempo e sim um estudo que descreve as várias etapas de evolução sucessivas para verificar como a língua chegou a ser o que é baseado em traços derivacionais e possivelmente uma melhor compreensão do sistema atual, incluído em uma perspectiva histórica.

Posta assim a questão, é de se dizer que sincronia e diacronia, embora tenham caracteres específicos, não se separam, ao contrário, as visões completam-se, uma vez que, a língua está sujeita as constantes transformações, em que a sincronia torna-se incompleta na análise de apenas alguns pontos, o que faz a lingüística histórica caracterizar-se pela:

¹²Idem. p. 85

[...] existência de trabalhos tendentes a explicar a origem e as transformações sucessivas de uma língua, em face dos seus documentos escritos. Só se imobilizam os idiomas mortos ou extintos. Os outros estão em contínuo movimento. Tal é a sorte das línguas faladas. Cada geração contribui, sem que o perceba, com seu pequeno contingente, para as transformações do próprio idioma. Estas, à proporção que o tempo procede, se vão avolumando e radicando nas gerações posteriores, até que se tornam verdadeiramente sensíveis, depois de alguns séculos.¹³

Esta abordagem da lingüística histórica servirá como base nas análises do surgimento da língua portuguesa em seus princípios como língua latina em que são incluídos os estudos do substrato, no qual existe a preferência e domínio da língua com maior domínio cultural; do superstrato, termo que designa os vestígios deixados por um povo que é dominador do idioma na área dominada; do abstrato em que uma língua é fonte de empréstimo quando em contato com outra; bem como a análise do processo de metaplasmação ou as mudanças fonéticas que as palavras sofrem durante sua evolução para posteriormente constatar o desenvolvimento da linguagem no decorrer da história, pois “cada geração altera inconscientemente, segundo as suas tendências, as palavras da língua, alterações essas que se tornam perfeitamente sensíveis, só depois de decorrido muito tempo”.¹⁴

Este processo baseia-se na observação das modificações provocadas pela troca, acréscimo, supressão e transposição de fonemas que causaram mudanças fonéticas em palavras e, posteriormente, em todo o idioma, realizadas pelo que se pode chamar de *etimologia*¹⁵ popular em que o contato com a população vem desencadear mudanças lingüísticas. Este mesmo contato pode gerar transformações analógicas que são as ocorridas na tentativa de uniformização das palavras menos freqüentes para as mais freqüentes, ou seja, uma mudança sucedida com caráter unificador de palavras.

As transformações por analogias distinguem-se das transformações fonéticas, uma vez que o processo *analógico*¹⁶ trabalha com a concepção que pode gerar o sentido de uma palavra em função de suas bases gramaticais, enquanto o processo de transformação fonética afeta apenas a parte sonora das palavras. É importante ressaltar que tanto uma como outra são realizadas sem intenções, em que a inconsciência de pessoas, geralmente menos favorecidas, faz gerar mudanças em uma determinada língua, pois na tentativa de realizar a comunicação sem dificuldade de expressar o uso constante de formas consideradas erradas pelos mais favorecidos, isso faz nascer inúmeras transformações, uma vez que a maioria das sociedades são constituídas pelos menos favorecidos em relação ao estado financeiro, serviços públicos, entre outros. Assim, o meio analógico de transformar a linguagem tende a desviar-se de padrões pré-estabelecidos para facilitar a expressão e conseqüentemente a comunicação o que desencadeia mudanças primeiramente na fonética e posteriormente na morfologia, sintaxe e semântica, constituindo uma completa transfiguração lingüística.

Os princípios de análises da linguagem citados também são utilizados pela lingüística histórica, uma vez que, abordam a linguagem em seu estado de

¹³COUTINHO, Ismael de Lima. Gramática histórica. 6. ed. Rio de Janeiro: Sedegra, 1970. p. 16.

¹⁴Idem. p. 143.

¹⁵Pesquisa das relações que uma palavra mantém com outra unidade mais antiga, de que se origina. (DUBOIS, p. 251)

¹⁶Vocábulo que pode ser definido como qualquer evolução da língua que possa ser explicada por um fenômeno de analogia. (DUBOIS, p. 52)

desenvolvimento e transformação ao longo do tempo e em contato com a população. De outra face é importante ressaltar que a lingüística, ciência que se ocupa dos fatos da língua, passou por três fases: primeiro a fase da gramática com estudos baseados na lógica em contraste com a fase da gramática comparada que se baseou em visões científicas, bem como a fase da filologia que não via a língua como seu único objeto de estudo e preocupava-se em interpretar e comentar textos, analisando a história literária, os costumes e as instituições, e comparava textos de diferentes épocas para tratar das questões lingüísticas, e decifrar as inscrições redigidas numa língua arcaica servindo-se da língua escrita para ter à margem a língua falada. Esta fase falada marca o surgimento de novos estudos sobre a língua, exemplo disso é a decorrência da lingüística histórica.

a) A Morfologia dos nomes no Latim

Uma característica notável do Latim Clássico era uma riqueza de sua morfologia nominal, caracterizada pela presença de declinações, pela existência de três gêneros gramaticais (masculino, feminino, neutro) e pela formação de comparativos e superlativos sintéticos para os adjetivos; foi relativamente importante no período do Império Romano.

Na passagem do latim para as línguas neolatinas, a tendência foi no sentido da redução do número de flexões – os analitismos. Em virtude dessa tendência, houve redução das flexões. Os gêneros passaram a dois (perdeu-se o neutro); os números mantiveram-se como dois, os casos passaram a um (desaparecendo a declinação nas línguas neolatinas); as declinações por sua vez, se limitaram aos seguintes padrões:

b) Perda das Declinações

Por “declinações” entendem-se, antes de tudo cinco paradigmas de desinências nominais, exemplificando geralmente nas gramáticas escolares latinas por palavras como: *rosa, rosae, agrícola, agricolae*, etc. O que distinguia as cinco declinações era a vogal final do tema; assim a primeira compreendia nomes terminados em: **-a**, embora a terceira declinação se compusesse historicamente de nomes com temas em **-i**, ou em consoante; **-u** e **-e**, eram, respectivamente, as vogais temáticas da quarta declinação.

Todo substantivo latino compartilhava suas declinações com outra daquelas palavras, sendo que no final do período republicano romano, as quais, as três primeiras classes eram efetivamente as mais numerosas e as que continuavam recebendo palavras recém formadas. Os substantivos e os adjetivos latinos dispunham de terminações chamadas “casos” especialmente apropriados para indicar a função que desempenham na frase.

Os casos clássicos eram seis: *Nominativo, Vocativo, Genitivo, Dativo, Ablativo, Acusativo*. Graças ao recurso dos casos era possível marcar as principais funções sintáticas na frase latina sem reconhecer, ou melhor, recorrer à ordem das palavras e sem lançar mão das preposições.

O latim vulgar deve ter compartilhado esses traços morfológicos com o latim clássico, pelo menos na fase das origens; mas enquanto o latim clássico os conseguiu, ou melhor, conservou inalterados durante toda sua história, confundiram-se certos casos: o *nominativo* com o vocativo, o *acusativo* com o ablativo, o *genitivo* com o dativo.

A primeira dessas três fusões já estava praticamente consumada quando o latim clássico e o vulgar começaram: O vocativo só tinha a forma própria, distinta do

nominativo para a segunda declinação, e foi finalmente absorvida pelo nominativo. Para a segunda fusão contribuiu a existência antiga de preposições que utilizavam com ambos os casos, a evolução fonética em particular e a queda do **-m** no final e a passagem de **-u**, breve a **o**. Essas terminações do ablativo e do acusativo singulares se confundiram com as mudanças.

O dativo parece ter sido usado no papel do adjunto adnominal numa espécie de cruzamento de duas construções de largas tradições. Com o resultado dessas três fusões, o latim vulgar utilizou um sistema de casos em que se opunham ao nominativo e o acusativo; em um terceiro caso composto por aquilo que restava do genitivo e dativo. A existência de um sistema de três casos é confirmada pelo exame das fontes epigráficas e dos sistemas das línguas românicas. O resultado foi, no latim vulgar, a substituição do dativo pelo **ad** + **acusativo**. Quanto ao ablativo foi sendo substituído por vários sintagmas preposicionais, variou a preposição de acordo com o sentido adverbial da expressão. O resultado de tudo isso foi à chamada *redução dos casos*. Nas línguas românicas, o acusativo acabou por suplantando o nominativo. Daí a redução final a uma forma sem **-s** no singular e outra sintagmática.

Em relação ao gênero, o fato mais importante é o chamado “desaparecimento do neutro”. Dá-se, portanto, progressivamente a substituição do gênero *natural* (gênero pelo sentido) pelo gênero *gramatical* (gênero pela terminação). Foi esse processo de esvaziamento semântico da noção de gênero que veio a triunfar no latim vulgar. Dominou o “gênero pela terminação” e não o “gênero pela significação”. Em latim os plurais neutros faziam-se em **-a**; em razão do desaparecimento do caso neutro, tais plurais foram suplantados e tomados como femininos singulares.

A par desse processo de redução firmou-se a tendência para a interpretação como femininos ou substantivos que se declinavam pela primeira declinação e como masculinos os que declinavam na segunda. Como se sabe, em latim, os nomes de árvores eram femininos e os nomes de frutos neutros. Os substantivos neutros acabaram geralmente absorvidos pelos masculinos da mesma declinação, às vezes ocorreram modificações de declinação como foi o caso dos neutros em **-us**, **-oris** da terceira declinação que passaram para a segunda declinação. Em relação a árvores e frutos, por motivos fonéticos não poderiam perdurar no latim vulgar; coincidiram elas, no singular, uma só forma, cujo resultado é o desaparecimento de um dos termos em conflito, senão de ambos.

A perda do gênero neutro afetou de maneira curiosa um aspecto do vocabulário latino que é, às vezes, apontado como no caso exemplar de aplicação lógica dos gêneros gramaticais.

Quanto aos adjetivos, no latim clássico havia duas classes que se distinguiam segundo a declinação que seguiam. Na primeira classe os masculinos e neutros acompanhavam a segunda declinação e os femininos a primeira. Daí em Língua Portuguesa os substantivos biformes e os substantivos uniformes. O fenômeno da analogia levou a criação de femininos em **-a** em adjetivos que eram uniformes na língua antiga.

Quanto à formação dos graus houve a substituição do processo sintético pelo analítico, o analítico já existia no latim clássico, sendo que o primeiro sobrevive nas línguas românicas, exceto em romeno sendo mais antigo em francês e provençal. No latim vulgar predominaram as formas analíticas em lugar das sintéticas. Em relação ao artigo, não havia em latim. A existência nas línguas neolatinas é uma criação românica, o artigo teve origem no demonstrativo latino.

Na classe dos pronomes pessoais, a inovação foi à criação de um pronome de terceira pessoa com base no demonstrativo *ille*. Dos pronomes relativos, a língua vulgar conservou o principal *qui*, com uma declinação também reduzida. Consumou-se a identificação com *qui* do interrogativo *quis*. No tocante aos possessivos, ocorreu *illorum* ao lado de *suus* como possessivo da terceira pessoa do plural. Aos demonstrativos, nota-se a distinção entre próximo ao falante, próximo ao ouvinte e afastado tanto do falante quanto do ouvinte; era expressa por *iste*, *ipse* e *ille*. Por fim, aos indefinidos, nota-se o desaparecimento da maioria dos compostos de *quis*, de *uter* e seus compostos, de *memo*, *nihil* e outros. Essas perdas foram compensadas pela criação de novos indefinidos. Quanto aos numerais, dos quatro tipos clássicos, a língua vulgar só manteve os cardinais, ficando apenas os traços lingüísticos dos outros dialetos.

c) Algumas criações Românicas

No decorrer dos anos, as línguas românicas perderam alguns elementos tornando-se necessária à criação de formas verbais no latim vulgar como o futuro, condicional e as formas analíticas do presente e imperfeito da voz passiva e os tempos compostos. Segue em: FUTURO: É explicado pela semelhança de várias formas como a do *perfeito do indicativo*; na terceira e quarta conjugações, semelhante no indicativo e subjuntivo presente; recorreu-se a uma perífrase verbal que era formada pelo imperfeito de um verbo e um indicativo de *habere*, visto assim, por alguns escritos, a decadência do latim. No princípio, havia liberdade na forma do infinitivo depois, passou regularmente a primeiro lugar na construção. CONDICIONAL: a partir do século V a.C. apareceu o latim vulgar, para indicar o *futuro do imperfeito* ou *condicional*, expresso pelo *imperfeito do subjuntivo* formado pelo *imperfeito do indicativo* de *habere*. A composição na forma do imperfeito muito se modificou. TEMPOS COMPOSTOS: Neles se encontram vestígios do próprio latim clássico, onde são formados a princípio com o verbo *habere*, depois com *tenere* e o particípio passado de outro verbo; tais construções contaminaram o latim vulgar preenchendo o desaparecimento de alguns tempos e empregos novos que outros tiveram. FORMAS PASSIVAS ANALÍTICAS: As formas sintéticas desapareceram inteiramente, provavelmente nunca nas formas populares. Assim, em lugar de *littera scribitur* diz-se *littera scripta est*. Tais modificações houveram por influência passiva de estado. O latim vulgar obedeceu a uma tendência acabando por eliminar os verbos depoentes que ficaram vestígios em alguns particípios passados que conservaram o sentido ativo da palavra em latim.

d) O Sistema vocálico latino e a evolução da língua¹⁷

Na transição do sistema vocálico latino, houve uma diversidade na evolução dos fenômenos vocálicos; uma pela 'quantidade' e outra pela 'posição' diferente na palavra. As vogais latinas, segundo a quantidade podiam ser longas e breves. Porém, as longas eram obrigadas a uma inflexão mais demorada da voz, sobre as breves que quase não insistiam. Conquanto, na emissão de uma vogal longa no latim, os romanos gastavam o tempo equivalente ao de duas breves.

A partir do séc. I manifestou-se a compreensão no valor quantitativo das vogais no latim vulgar. Esta se tornou maior nos séculos posteriores, ocasionando assim o desaparecimento da quantidade; primeiro das vogais átonas (séc. III e IV), depois das

¹⁷Texto apresentado na 1ª. Semana de Estudos Linguísticos e Filológicos (1995), promovido pela Profa. Dra. Conceição Reis, do Departamento de Letras, UNEB/Caetitê-Ba.

tônicas (séc. IV, V e VI). Entretanto, o acento tônico foi considerado e conservado como é demonstrado no modelo abaixo, a saber:

	Latim Clássico	Latim
Vulgar		
a	ā, ǣ	
ɛ	ě	
ɛ	ē, ĭ	
i	ī	
o	ō	
o	ō, ū	
u	ū	

Quando os átonos; ě e ō eram pronunciados, respectivamente, ɛ e o na posição da sílaba tônica, de acordo com a classificação, observavam-se as pretônicas, tônicas e postônicas. Por ter vindo dos territórios *Oscos*, diversas línguas tinham para as pronúncias: longas ≥ fechadas e as breves ≥ abertas. Pois, a identidade entre ĭ, ɛ e o, u, reduzia o quadro vocálico do latim, por isso, as primeiras mudanças apareceram em sílabas átonas a partir da 1ª (primeira) metade do séc. II a.C., que começou a afetar a sílaba tônica inferior e as posteriores na 2ª (segunda) metade do séc. I a.C. – I d.C. Igualmente, segundo Carlo Tagliavini, a fusão de ĭ, ě ≥ ɛ é mais antiga que ū, ō ≥ o. Assim, com a inovação do ō, ū ≥ o sendo o mais recente por isso não foram inseridos nos mesmos territórios que mantiveram a distinção entre o elemento silábico ē e ĭ na Sardenha e Romênia Oriental. Podendo assim, citar alguns sistemas que marcaram a mudança do sistema vocálico latino.

L. C. Livre	→	ā	ā	ě	ē,	ĭ	ī	ō	ō	ū	ū
L. Clássico	→	a		ɛ	ɛ	ĭ	ī	o	o	u	u
P. Românico	→	a		ɛ	ɛ	i	i	o	o	u	u

Sistema Quantitativo Latino	Sistema Vocálico Itálico
ī	i
i	ɛ
ē	o
ě	ɛ
ō	o
ā	ǣ
ǣ	

Observando, por conseguinte, tal processo, Coseriu especificou que a partir do séc. I d.C. começa a evolução do latim onde o mesmo era comparado com as demais línguas “indo-européias”, sendo bem mais arcaico. Mas, com o aparecimento das (isoglossas), isto é, - (*linha demarcatória da mudança fonética*), no séc. III – IV d.C. houve uma evolução ‘involuntária’ das línguas, a saber: *o latim literário (escrito ou culto) e o latim corretamente falado*, este, sendo considerado como fonte de extrema importância no processo de comunicação entre os povos suplantados pelo império romano, a partir do séc. VI, intitulado pelos suplantadores como língua única, a língua do ‘vencedor’.

A diferenciação surgida nos séc. VI – VII d.C. adquiriram individualidade peculiar dentro do sistema maior chamado de: “línguas românicas ou neolatinas”. Essas modificações sofridas pelo latim vulgar obtiveram um (caráter metodológico lingüístico) que coincidiam na análise desse conceito gramatical comparado das línguas

românicas, levando em conta vários fatores como: *diferenças dialetais na Itália; forma particular fora da Itália; diferenças cronológicas entre várias civilizações e o aperfeiçoamento do latim como forma unitária e homogênea das formas*. De acordo a ponto de vista glotológico, a língua é um sistema convencionalmente limitado de isoglossas, distinguindo no espaço, no tempo ou na sociedade. Pois, o latim vulgar fora analisado como '*língua histórico-real*', mas como abstração que explica o elemento *herdado* pelas línguas românicas, excluindo-se com isso, o elemento latino adquirido pelas mesmas em épocas diferentes. Todavia, o caráter do latim propriamente *vulgar* poderia conservar como nome convencional para um conceito complexo, sob investigações, bem como concepções de um caráter definitório no processo da romanização da língua.

e) A formação histórica do latim (do séc. XI a.C. ao V d.C.)

A formação histórica do latim tem seis fases que a constitui desde a sua historicização até a unidade lingüística da língua a partir da base literária são eles: *Pré-histórico*: línguas dos primeiros habitantes do Lácio; *Proto-histórico*: aparece nos primeiros documentos; *Arcaico*: manifestada a partir dos textos literários: Nêvio e Plauto; *Clássico*: momento de louvor do latim: prosa e poesia: Virgílio, Horácio, Tito Lívio e Cícero; *Vulgar*: língua falada pelo povo sofreu várias alterações por diversos fatores: época, geografia, estrangeirismo e nível cultural dos falantes; *Pós-clássico*: diminui a distinção entre a língua literária e a falada, pois, com as invasões dos bárbaros e o esfacelamento do Império Romano, o latim perdeu sua unidade como língua.

f) Classificação tipológica latina e seu aspecto morfológico

Na classificação tipológica tem-se como fator: Léxico latino – provindo do patrimônio Indo-europeu, desenvolveu-se inúmeras palavras que foram acrescidas no nome latino; A formação de palavras – foram derivadas principalmente com os empréstimos estrangeiros e enriquecido constantemente de novas palavras em sua derivação e composição enriquecida constantemente de novas palavras em sua derivação e composição.

A derivação, bem como a formação dos Nomes Latina é por demais importante nesse contexto, pois só a partir desse pressuposto que o Latim passou a ter uma importância mais relevante na construção de uma “Gramática” que pudesse estudar os processos pragmáticos da língua em suas estruturas: oral e escrita; vê-se então os primeiros estudos para essa delimitação lingüística.

- *Flexão do Substantivo* – valorização dos substantivos (raízes significativas) – **Amor**: **amigo**, **amar**, **amizade**, **amiga**; *Gênero do Substantivo* – valorização das categorias: feminino, masculino e neutro; *Número* – valorização no sentido contextual no nome: singular e plural; *Casos* – aspectos da primeira noção gramatical a ser estudada no latim: substantivos, adjetivos e os pronomes, estes cuja função sintática delimitaria nos casos latinos: *Nominativo* – Sujeito e o Predicado; *Vocativo* – Interpelação do nome no Português; *Acusativo* – Objeto direto; *Genitivo* – Complemento nominal (adjuntos); *Dativo* – Objeto indireto; *Ablativo* – Adjuntos adverbiais.

3. A CONSTITUIÇÃO DE UMA LÍNGUA NACIONAL

A Língua Portuguesa é originária do *Latim*, que por sua vez, faz parte da grande família das línguas *indo-européias*, hoje representada em todos os continentes.

No começo era simples; a história da língua fala de um povo de cultura rústica que vivia no centro da Península Itálica, numa localidade denominada *Lácio*, mas com o tempo seu desempenho tornou-se grandioso e importante para a história da civilização ocidental.

De acordo com a cronologia, essas conquistas se expandiram de tal forma que o grande império sob o domínio dos romanos ia da Lusitânia a Mesopotâmia e do Norte da África a Grã-Bretanha.

Os romanos levavam para as regiões suplantadas de seus hábitos e seus padrões de cultura que em contato com outras civilizações davam e recebiam. Nessas trocas muito aprenderam com os gregos, isso desde épocas longevas, por intermédio dos Etruscos e das Colônias Helênicas de onde a língua poética trazia de um Latim rude, próprio dos agricultores e pastores, isso nos anos 146 a.C.

A partir do século III a.C. sob a influência grega, o latim sendo uma língua constante, atingiu a “perfeição” por meio das obras de *Vergílio* e *Horácio*.

Pelo fato de um Latim apurado, caminhar juntamente com outro coloquial desprovido de arte e conservadorismo foi se matizando e diversificando com o tempo nas chamadas *Línguas Românicas*.

A partir do século II de nossa era, as unidades lingüísticas do Império Romano já haviam se dissipado, embora conquistas contínuas tenham sido uma constante no crescimento da área geográfica, bem como a dos povos das raças tão diversas que seria impossível conservar a unidade lingüística, pois o processo dialetal havia se encarregado dessa transformação dialética.

As forças lingüísticas desagregadoras assim foram agindo e no final do Século V os falares regionais se incorporam também aos textos redigidos em cada uma das línguas românicas, a saber: *Francês, Espanhol, Italiano, Sardo, Provençal, Rético, Catalão, Português, Dálmata e Romeno*.

Os romanos chegaram à Península Ibérica no Século III a.C. por volta da 2ª. Guerra Púnica. Pouco se sabe das antigas populações Ibéricas. No início da romanização habitava a península uma complexa mistura racial: *Celtas, Iberos, Fenícios e Gregos*.

Das línguas desses povos quase nada se conservaram; atribuindo a origem pré-românica alguns sufixos e algumas palavras como: *arro, orro, asco, ego, arroio, balsa, barro, carrasco, gordo, lama, louça, bousa, manteiga, tojo, veiga*.

Em 409, às terras da Galiza foram invadidas por um grupo heterogêneo de povos *Germânicos*, que os dominaram durante dois séculos e meio. Assim sendo a língua dos povos continuou se fundindo e contribuindo para a sua formação e diversidade lingüística e cultural.

Desse emaranhado das línguas formaram-se determinados grupos de palavras que foram usadas e, hoje é parte integrante na Língua Portuguesa, como: De origem Gótica: *albergue, arrear, bramar, bando, elmo, espora, guarda, guerra, rapar, trégua*. Palavras comuns de todas as regiões primitivas: *aspa, espeto, espia, estala, garbo, mofo, mofino, roca, taco, ufanar-se*. De origem Ibera, França, Itálica: *agasalhar, brotar, estaca, fato, roupa, sítio, triscar*. Primitivas dos Íberos-Românicos: *aio, aia, aleive, enguiçar, escansão, ganso, guarecer, íngreme, luva, tascar*.

Movidas pela Guerra Santa, as tribos Árabes conquistaram o Norte da África e desembarcaram na Península no ano de 715 aproximadamente. Com os Árabes floresceram ali as ciências e as artes, houve grande incremento da agricultura, da indústria e do comércio, introduzindo assim inúmeras palavras para designar novos e variados conhecimentos.

Em português estes são os vocábulos recebidos por influência Árabe:

Acicabe, adail, adarga, alcaide, alfange, alferes, alagrada, aljava, ameia, arrebatar, atalaia, ronda, zaga, açafraão, açúcar, açucena, alcachofra, alecrim, alface, alfafa, alfazema, algodão, almécega, benjoim, beringela, aduana, armazém, arroba, quilate, quintal, alfaiate, algibebe, almocreve, almoxarife, arrais, califa, adufe, alaúde, anafil, arrabil, tambor, álgebra, algarítimo, cifra, zênite, nadir, álcool, álcali.

Em certos casos os Árabes foram apenas intermediários nos empréstimos lingüísticos de palavras que haviam tomado de outras línguas que assim foram suplantados. São por exemplo de origem Grega: *alambique, alcaparra, alfândega, alquimia, acelga, arroz*. De origem Sânscrita: *alcanfor e xadrez*; de origem Persa: *azul, escarlate, jasmim e laranja*. Do próprio Latim há uma série de palavras arabizadas: *abricó, alcacer, albornoz, almude, alporão* e outras acepções nominais que foram acrescidas ao longo dos séculos na história do latim.

Na região que compreendia a Galiza e a faixa Lusitana, durante o domínio dos Árabes constitui-se a homogeneidade lingüística até meados do Século XIV – e o *Galego-Português* era uma ramificação constante na evolução da língua.

Datam do Século XIII, os primeiros documentos redigidos em galego-português. Inicia-se então a fase histórica da nossa língua que como todo idioma não tem mantido sua unidade e uniformidade nem no espaço nem no tempo, seguindo assim várias etapas evolutivas, a saber:

- *Latim Lusitânico*, língua falada na Lusitânia desde a implantação do Latim até o Século V; *Romance Lusitânico*, língua falada na Lusitânia do Século VI até Século IX aproximadamente; *Português proto-histórico*, língua falada na Lusitânia do Século IX até Século XII; *Português Arcaico*, do Século XIII ao Século XVI, quando a língua começa a ser codificada gramaticalmente; *Português Moderno*, do Século XVI aos nossos dias; este com algumas ressalvas, pois com a grande diversidade de neologismos e gírias na língua, a mesma cresce assim constantemente.

A Língua Portuguesa tem como primeiro documento escrito a canção da *Ribeirinha* de Paio Soares de Taveirós, forma de cantiga usada pelos trovadores no reino Português. Depois da cantiga: *A Ribeirinha* - várias outras obras literárias passam a fazer parte da nossa língua, entretanto só a partir de *Camões* é que a língua Portuguesa se define, surgindo então as primeiras gramáticas.

Com o descobrimento da era *Renascentista*, os Portugueses ampliam enormemente o império de nossa língua, por meio de suas conquistas. Ainda hoje, apesar das muitas perdas sofridas é “dona absoluta” do *Brasil*, das *Colônias Portuguesas*, das *Repúblicas de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe*. Na Europa, além de *Portugal*, no *Arquipélago dos Açores* e na *Ilha da Madeira, Ásia e Macau*.

Além das regiões onde a Língua Portuguesa tem domínio é falada também em povoações Espanholas devido às imigrações, formando assim um dialeto misto como os falados nas fronteiras dos Países sul-americanos. Sem levar em conta os usuários desses

falares fronteiriços, nem os de Galegos com suas variantes e nem os imigrantes que por sua vez são consideráveis, ainda assim a Língua Portuguesa como meio natural de comunicação está entre as mais faladas no mundo superado apenas pelos povos: *Chinês, Inglês, Russo e Espanhol*.

A Língua Portuguesa em sua longevidade e complexidade tem se mantido apreciável no que concerne a sua unidade dentro das mais variadas diversidades lingüísticas e, isso não impede que haja sensíveis diferenças de pronúncia de vocabulário e de construções de região para região em seus domínios, pois a unidade nem sempre é incompatível com a variedade, supondo o caso das relações dos *dialetos* e *idioletos*, existentes num mesmo país ou numa mesma região.

Em se tratando de dialetos e idioletos a Língua Portuguesa é muito melhor estudada na Europa que no Brasil, dado os muitos trabalhos monográficos das regiões, onde se realizam análises e divisões dos falares, não importando o seu distanciamento da linguagem padrão. Quanto ao Brasil, esses estudos só tiveram seu início por volta de 1920, pois de datas anteriores só existem alguns glossários regionais, vocábulos e frases.

As variedades geográficas compreendidas no Território Nacional influenciaram por demais no enriquecimento da língua e na formação também de novos dialetos, não só por ter sido colonizado por Portugueses, mas sim pela língua nativa e de outros imigrantes.

A Língua Portuguesa trazida de Portugal deixou de ser limitada ao se confrontar com a Língua Indígena aqui existente, pois de imediato sofreu grandes mudanças, uma vez que os Jesuítas se introduziram nas comunidades indígenas, a fim de aplicar ali seus ensinamentos. Termos como: *caju, capim, maracujá, capivara, etc.* fundiram-se à Língua Portuguesa e passaram a fazer parte de seu vocabulário. Dessa mistura lingüística (Indígena - Portuguesa), se não houvesse sido decretada a Língua Portuguesa como oficial talvez o Brasil pudesse ter uma língua independente, sua própria língua, a Língua Brasileira. Com a evolução do Brasil e o passar dos anos, várias invasões por ele sofrido; inúmeras outras palavras foram incorporadas à língua aprimorando e enriquecendo suas vertentes dialéticas.

Há diferenças nas relações dos falares dos indivíduos que formam a Nação Brasileira, pelo fato de composição de dialetos e idioletos possuir as mais diversas raízes étnicas. Existe até uma certa incongruência nos níveis da fala de falante para falante e que às vezes é desconhecida de significado dependendo do receptor, entretanto, trata-se da mesma língua. É comum observar essas diferenças de região para região. Diferente é ouvir um Gaúcho e um Nordestino falar, assim como um Carioca e um Mineiro.

Sem condições peculiares dessa nossa formação lingüística revelam uma dialetalização que não parece tão variada e extensa quanto a Língua Portuguesa, porém revelam que essa dialetalização é muito mais instável que a Européia.

Nessas características de falares instáveis, os fatores sociais e culturais não só os justificam como também os condicionam, porque na verdade, com a globalização, as diversas línguas em todo o mundo recebem influências umas das outras, não sendo diferente com o Brasil, pois tudo leva a crer que no limiar de uma nova era onde o progresso das línguas dominante tende a se aprofundarem, e a serem mais coesas na consciência do povo; muitos vocábulos usados nas Línguas Estrangeiras e em produtos de exportação ou mesmo para designar um novo nome, por outro estilo e luxo, poderão tornar a língua ainda mais flexível nas regiões onde se fala o Português propriamente

dito, observando o valor constante das criações lingüísticas que perdurarão na evolução da língua.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática latina**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

AUERBACH, Erich. **Introdução aos estudos literários**. Trad. José Paulo Paes. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1972.

CUNHA, Celso Ferreira da. **Gramática da língua portuguesa**. 11. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1986.

ILARI, Rodolfo. **Linguística românica**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.

JUNIOR, Mattoso Câmara. **Princípios de linguística geral**. Petrópolis/RJ, 1987.

LOPES, Edward. **Fundamentos de linguística românica**. São Paulo: Cultrix, 1998.

SILVA, Antônio de Siqueira; BERTOLIN, Rafael. **Curso completo de português**. São Paulo: Nacional, 1989.

SILVA NETO, Serafim da. **História da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livro de Portugal, 1970.